

FAMÍLIA E ESCOLA: UMA PARCERIA NO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA

Francisca Jéssica da Silva Caetano¹
Ana Maria Damasceno Landim²

RESUMO

Esse trabalho buscou investigar a natureza do processo escolar e a importância do trabalho em conjunto da família e da escola no contexto de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Teve como objetivos: Analisar a parceria da família com a escola no desenvolvimento educacional de crianças com Transtorno do Espectro Autista; Apresentar e avaliar a relação entre escola e família; Identificar as principais percepções de pais/responsáveis e do corpo docente sobre os desafios e benefícios encontrados na parceria escola-família; Verificar estratégias e práticas colaborativas adotadas por escolas x famílias na promoção da inclusão de alunos com TEA. A metodologia consistiu em realizar uma análise de dados bibliográficos acerca da parceria família-escola no processo educacional e social de alunos (TEA), mostrando a importância da intervenção familiar e das práticas pedagógicas que colaboram no processo de inclusão, mediante uma revisão sistêmica de artigos acadêmicos. Utilizou-se o método de pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, baseando-se em uma análise de teóricos que tratam do tema citado. O estudo trouxe evidências sobre o funcionamento da parceria escola e família, o engajamento dessas duas entidades e os caminhos que podem ser trilhados por essas duas peças fundamentais, resultando em demonstrar e amparar futuros pesquisadores, baseado na necessidade de contribuir significativamente para os estudos de gerações futuras.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Inclusão Escolar. Família. Escola.

ABSTRACT

This work searched investigate the nature of school process and the importance of the collaboration together with family and school in the context of children with Autism Spectrum Disorder (ASD). Had as objectives: To analyze the partnership of the family with the school in the educational development of children with Autism Spectrum Disorder; To present and evaluate the partnership between school

¹Possui Graduação em Pedagogia (UNIFATECIE). Graduada em Língua e Literatura Espanhola (UERN). Graduanda em Língua e Literatura Inglesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte 7º período. Email: jessicasilvacetano@gmail.com

²Possui mestrado em Saúde da criança e do adolescente (UECE). Especialista em Psicopedagogia Clínica/ Institucional e Educação a Distância (UECE). Professora e Técnica em Educação (Prefeitura Municipal de Maracanaú- CE). Email: anamariadamascenolandim@gmail.com

and family; Identify the main perceptions of parents/responsible and teaching staff about the challenges and benefits found in the school-family partnership; Verify strategies and collaborative practices adopted by schools x families in the promotion of inclusion of students with ASD. The methodology consisted in carrying out an analysis of bibliographic data about the family-school partnership in the educational and social process of students (ASD) showing the importance of family intervention and pedagogical practices that collaborate in the process of inclusion through a systemic review of academic articles. We used the qualitative bibliographic research method based on an analysis of theorist who deal with the cited theme. The study brought evidences about the functioning of the partnership school-family, the engagement of these two entities and the ways that can be trodden for these two fundamental pieces, resulting in demonstrate and support future researchers, based on need for contribute significantly to future generations study.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. School inclusion. Family. School.

1. INTRODUÇÃO

A escola e a família são fontes educacionais distintas, uma vez que o ensino transmitido pela família apresenta caráter assistemático e informal, ao contrário da escola, que apresenta instrução sistemática, visando à construção do conhecimento em etapas sequenciais de ensino (DESSEN; POLONIA, 2007; REGO, 2003). Nesse sentido, compreende-se que mesmo com funções distintas, é importante a relação de parceria entre família e escola, com a finalidade de buscar estratégias conjuntas em prol do processo educativo das crianças (DESSEN; POLONIA, 2007). Partindo dessa perspectiva, Dessen e Polonia (2007) também enfatizam a importância dos vínculos familiares e da rede de apoio social em uma perspectiva sistêmica, na qual a relação família-escola é compreendida de forma mútua, sendo suas influências recíprocas e exercidas de forma interdependente, complementando a educação dos filhos/alunos (MINUCHIN; COLAPINTO; MINUCHIN, 1999).

Este artigo, intitulado Família e escola: uma parceria no desenvolvimento educacional e social de alunos com transtorno do espectro autista - TEA é o resultado de uma pesquisa bibliográfica sobre a importância da participação da família e da escola no desenvolvimento social e educacional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista –TEA. Diante disso, pergunta-se: quais ações a família e a escola podem fazer para auxiliar o desenvolvimento social e educacional dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista – TEA? Para responder a esse questionamento será realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico e de caráter qualitativo.

Segundo Souza, Oliveira e Alves (2021, p.2), a pesquisa bibliográfica está inserida principalmente no meio acadêmico e tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas. Ainda esses autores reiteram que a pesquisa bibliográfica “objetiva-se em visar a elaboração de uma discussão teórica que possa contribuir com reflexões e sugestões de ações que sejam benéficas ao desenvolvimento do tema”.

A pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo por meio de seus diferentes subtipos de pesquisa (alguns analisados em artigo que se seguirá), tem lugar assegurado como uma forma viável e promissora de trabalhar as ciências sociais. Godoy (1995) argumenta que em função da natureza do problema que se quer estudar e das questões e objetivos que orientam a investigação, “a opção pelo enfoque qualitativo muitas vezes se torna a mais apropriada”. (GODOY, 1995, P. 63).

Para embasar esse artigo, buscou-se aporte teórico em autores que têm se debruçado para estudar a importância da família e escola no processo de aprendizagem para o aluno com TEA na infância, autores como: Moura (2023), Conceição (2023), Oliveira (2023), Assis (2022), Carvalho (2021) onde afirmam que “o quadro clínico apresentado pelas crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) muitas vezes dificulta a inclusão das mesmas nas escolas, resultando em problemas sociais e familiares.” (MOURA, CONCEIÇÃO e OLIVEIRA, 2023, P. 3).

De acordo com os autores Carvalho *et al.* (2021) pelo exposto, justifica-se a busca de mais conhecimento na temática, a fim de construir argumentos que pesem na escolha dos métodos e técnicas aplicadas às crianças TEA, e que corroborem com a boa comunicação entre escola, família e alunos. Esses e outros autores foram os pilares da pesquisa inicialmente. Mas, além dos autores citados, foram realizadas pesquisas em dados eletrônicos, sites, revistas, livros e artigos acadêmicos digitais, importantes para compreensão da temática e enriquecimento deste trabalho.

Na visão de Cabral, Falcke e Marin (2021) estudos apontam que, quando ocorrem intervenções precoces e adequadas, principalmente com a participação da família e da escola, a maioria das crianças com TEA se beneficia. (CABRAL, FALCKE E MARIN 2021, P. 12).

Ou seja, ainda existirão muitos desafios, mas a criança será a mais beneficiada com a parceria e o trabalho em conjunto, pois a atuação da família vai muito além do apoio doméstico e emocional; a base familiar pode contribuir de maneira eficaz, não diferentemente, à escola que tem justamente o mesmo objetivo. (CABRAL, FALCKE E MARIN 2021, p. 12).

A escola e a família têm um papel fundamental no desenvolvimento educacional e social de alunos com Transtorno do Espectro Autista” – “TEA”. De acordo com Carvalho *et al.* (2021) ao iniciar os estudos ou a frequentar a escola propriamente dita, todos os indivíduos passam os primeiros anos de formação vividos no ambiente familiar, ou seja, é precedido por um período de aprendizado em casa.

Nesse sentido, essa pesquisa tem como objetivo geral analisar a parceria entre família e escola no processo de desenvolvimento educacional e social de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Como objetivos específicos deseja-se: apresentar e avaliar a relação entre escola e família; identificar as principais percepções de pais/responsáveis e do corpo docente sobre os desafios e benefícios encontrados na parceria escola-família; verificar estratégias e práticas colaborativas adotadas por escolas x famílias na promoção da inclusão de alunos com TEA.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTEXTUALIZANDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O termo autismo foi utilizado pela primeira vez em 1911, por Bleuler, para designar a perda de contato com a realidade e consequente dificuldade ou impossibilidade de comunicação. Leo Kanner, médico austríaco identificou como traço fundamental do autismo a “incapacidade para relacionar-se normalmente com as pessoas e as situações” (1943, p. 20).

De acordo com Kanner (1943) nas relações afetivas desde o início há uma extrema solidão autista, algo que, na medida do possível, desconsidera, ignora ou impede a entrada de tudo o que chega à criança de fora. O contato físico direto e os movimentos ou ruídos que ameaçam romper a solidão são tratados como se não estivessem ali, ou, não bastasse isso, são sentidos dolorosamente como uma interferência penosa.

Chegando até a década de 1960, o autismo foi considerado um transtorno emocional, causado pela incapacidade de mães e/ou pais de oferecer o afeto necessário durante a criação dos filhos. Isso produziria alterações graves no desenvolvimento de crianças.

No final dos anos 1960 surge o conceito de Transtornos Globais do Desenvolvimento derivado dos trabalhos de Rutter e Cohen (1995). Esse conceito traduz a compreensão do autismo como um transtorno do desenvolvimento.

O autismo é explicado e descrito como um conjunto de transtornos qualitativos de funções envolvidas no desenvolvimento humano. Esse modelo explicativo permitiu que o autismo não fosse mais classificado como psicose infantil, termo que acarretava um estigma para as famílias e para as próprias crianças com autismo. Além disso, o modelo permite uma compreensão adequada de outras manifestações de transtornos dessas funções do desenvolvimento que, embora apresentem semelhanças, constituem quadros diagnósticos diferentes.

Para o estabelecimento do diagnóstico, os critérios clínicos que indicam os primeiros sinais do transtorno podem ser identificados entre 6 e 12 meses, tornando-se mais evidentes e consolidados entre 18 e 24 meses (OZONOFF et al., 2010).

Algumas pesquisas nesta área têm descoberto evidências que indicam que a alteração do desenvolvimento afetivo seria um marcador específico do autismo e o déficit que afetaria o desenvolvimento da atenção compartilhada, cujas falhas sinalizam o risco de diagnóstico de autismo entre 18 e 24 meses (GARCIA; LAMPREIA, 2011).

A *National Autistic Society* (NAS) (2009) define o autismo como uma deficiência vitalícia do desenvolvimento que afeta os processos de comunicação e relacionamento do sujeito com outra pessoa. A ausência do desenvolvimento de determinadas áreas dos sujeitos autistas causa uma desordem no seu desenvolvimento, manifestando-se nas áreas de cognição, linguagem, motora e social (PEETERS, 1998).

Na visão de Fernandes (2003), o processo de desenvolvimento, a cognição e a linguagem se complementam, e na interação podem ser observadas alterações do uso funcional da linguagem, em pessoas com autismo, decorrentes de déficits na compreensão do processo de simbolização. Contrariando algumas crenças que afirmam que em função do estereótipo algumas crianças com autismo não são capazes de se comunicar. Molini (2001) identificou, em seu estudo, a presença da intenção comunicativa, mesmo que possa ocorrer por meio de uma forma alternativa de comunicação, sendo a mediação e a imitação vocal os aspectos mais ausentes em suas observações.

De acordo com Jordan e Powell (1995), nas crianças com autismo o desenvolvimento é precedido por padrões de comunicação socializados. Esses padrões sociais de comunicação em crianças autistas não são percebidos, e alguns chegam até mesmo a desenvolver seus próprios padrões. Algumas crianças com autismo conseguem desenvolver a linguagem, utilizando-se de palavras e até de estruturas gramaticais, mas sua fala denota um déficit na expressão e entendimento de intenções e crenças. Outro aspecto diz respeito às crianças normais que utilizam todos os tipos de gestos na comunicação, enquanto crianças com autismo utilizam gestos dêiticos e instrumentais, não usando gestos para comunicar emoções (SIGMAN; CAPPs, 2000).

No ano de 1993, a Organização Mundial de Saúde, na CID 10, classificou o autismo entre os Transtornos Invasivos do Desenvolvimento. O diagnóstico só deveria ser atribuído após 3 (três) anos de idade (OMS, 1993).

Em 1994 acontece a quarta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais – DSM – IV, em que o autismo mantém-se como um dos subtipos dos Transtornos Globais do Desenvolvimento – TGD, ganhando nessa nova edição mais alguns subtipos: Síndrome de Rett,

Síndrome de Asperger e Transtorno Desintegrativo da Infância – TDI, ampliando as possibilidades para o espectro do autismo (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 1994).

Em 2007 a Organização das Nações Unidas – ONU instituiu o dia 2 de abril como o “Dia Mundial da Conscientização do Autismo”. Esse ato abriu amplas possibilidades para que um maior diálogo acontecesse entre as famílias, os profissionais de diversas áreas e os próprios indivíduos com autismo, e assim fosse possível apresentar essa condição para o mundo, afim de que não mais se negasse a existência desse contingente de indivíduos, que a cada dia tem crescido de forma assustadora, e nesse sentido, novas possibilidades de inclusão socioeducacional pudessem ser vislumbradas e tornarem-se reais.

Entre 2012 e 2013 acontece a quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais – DSM-5. O quadro diagnóstico para o autismo configura-se como um “Transtorno do Neurodesenvolvimento”. Nesse novo formato, o autismo recebe a configuração de TEA – Transtorno do Espectro do Autismo, classificado não mais pelos subtipos, mas pela gravidade de sintomas em escalas: Nível 1, Nível 2 e Nível 3 (ZANON; BACKES; BOSA, 2014).

De acordo com o DSM-V (APA, 2013) e CID-11 (2018), o TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento, com implicações persistentes na capacidade de iniciar e sustentar interação e comunicação social, de um lado, e manifestar uma série de padrões de comportamento e interesses restritos, repetitivos e inflexíveis, de outro; reorganiza-se a tríade em díade, sem excluir nenhum dos seus elementos.

2.1 RELAÇÃO FAMÍLIA X ESCOLA NO CONTEXTO DO TEA

Ao receber um diagnóstico de autismo na família, ocorre aos pais e mães inicialmente a não aceitação, ou em outras palavras, a negação; pais e mães de crianças autistas perpassam inúmeros desafios antes e depois do diagnóstico, pois sabem que o transtorno pode acarretar inúmeras dificuldades sociais e muitas outras desordens no comportamento da criança e no comprometimento de todo o cotidiano familiar. Para Garcia *et al.* (2024, p. 4), “a família necessitará de organização frente à intensa dedicação e cuidado à criança com o transtorno”. Partindo desse pressuposto, observa-se que um dos maiores desafios é a relação e interação da criança no ambiente escolar, onde muitos pais tendem a ficar receosos, com medo do tão esperado primeiro dia de aula, ou o primeiro dia em que a criança iniciará seus estudos e/ou sua vida escolar e acadêmica.

Sabe-se que “a família é a estrutura motora primária, sendo a principal ponte para o aprendizado”, resultando no primeiro ambiente social da criança e suas relações consigo e com o outro. (MOURA, CONCEIÇÃO e OLIVEIRA, 2023, P. 8).

Inicialmente a criança com transtorno do espectro autista, quando pequena, raramente imita outras crianças, passando a fazer isto apenas após começar a desenvolver a consciência dela mesma, isto é, quando começa a perceber relações de causa e efeito do ambiente em relação a suas próprias ações (Braga, 2015, p. 23)

Por sua vez, a escola, ao entrar em cena, atua diretamente com o aluno e com a família, dessa forma, deve estar preparada e consciente da responsabilidade que terão no decorrer dos anos letivos, tendo em vista que atualmente o corpo docente vem se preparando frequente e mutuamente para receber crianças autistas; pois é sabido que “o processo de inserção de alunos com transtorno do espectro autista é promovido a partir da vivência compartilhada entre as crianças com esse transtorno e as tidas como normais na escola”. (BRAGA, SALLES E BELCHIOR, 2015, P. 23)

A escola deverá sempre ser um ambiente acolhedor, de inclusão e respeito, essa ideia corrobora com os achados dos estudos de Garcia *et al.* (2024) e Moura *et al.* (2023) onde afirmam que “a escola fará um trabalho complementar ao da família, contribuindo para o processo de inclusão escolar”.

Ainda partindo dessa perspectiva, de acordo com os estudos de Diomedes e Rocha (2025, p.119), defendem que “a inclusão de estudantes com TEA requer uma abordagem abrangente que considere não apenas as necessidades dos alunos, mas também as de suas famílias e dos profissionais envolvidos”. Ou seja, cabe à escola, como entidade, demonstrar ética, solidariedade, comprometimento, compreensão e acolhimento com o próximo, além de ser o local onde formam-se cidadãos.

A escola deve ainda ser o agente mediador e colaborador, partindo do pressuposto de escola ativa e mediadora e da perspectiva de sucesso escolar. A escola é o ambiente de aprendizagem, e um lugar educacional. Nesse sentido, é válido citar as contribuições de Santos (2021, p. 52) sobre o assunto:

O comprometimento da escola com a inclusão dos estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no ambiente escolar não se restringe a cumprir a exigência legal em relação ao seu ingresso, mas requer a preparação dos docentes, baseada em evidências, para acolher esse estudante, assim como ambientes e recursos pedagógicos propícios para um atendimento especializado e individualizado quando necessário. (Santos, 2021, p. 52)

Com base nas pesquisas de Braga *et al.* (2015, p. 23), “a integração social de uma pessoa com transtorno do espectro autista não é um processo fácil, pois envolve a tarefa de colocar em um

meio social não preparado uma pessoa de comportamentos estranhos e desconhecidos para a maioria das pessoas.” Nesse sentido, a escola deve sempre está buscando recursos, sendo um marco facilitador, dar sempre informações claras, objetivas, concisas e precisas para os familiares ou responsáveis, bem como, tem ainda o dever de informar sobre os progressos do educando.

Santos (2020, p. 5) enfatiza o quanto é importante que “família e escola trabalhem em conjunto, pois é primordial que logo de início os pais, ou qualquer responsável pela criança, estabeleçam contato com a escola, demonstrando total interesse na vida escolar do indivíduo, buscando estar sempre presente e disponível”, a família deve se envolver no processo educacional da criança; assim, criam-se laços.

Percebe-se a importância da escola e da família e sua tarefa de caminharem juntas, sendo parceiras no dia a dia e no desenvolvimento social e cultural dos estudantes e/ou crianças normais e atípicas, isto é, para a construção de vínculos afetivos significativos. É ainda de suma importância ter dedicação, paciência e principalmente muito amor; ter habilidades é adicionalmente fundamental nesse caminhar. Para Garcia *et al.* (2024, p. 4), “a família necessitará de organização frente à intensa dedicação e cuidado à criança com o transtorno. A escola, por sua vez, fará um trabalho complementar ao da família, contribuindo para o processo de inclusão escolar”.

É sabido que para o bem-estar do alunado é importante que os pais e o corpo docente tenham ciência do cuidado, do zelo e da cooperação (primordialmente com sujeitos autistas ou com alguma deficiência intelectual) na hora de atuar de forma inclusiva. Para Santos *et al.* (2020, p. 4), “pensar a relação entre escola e família pressupõe compreender que no processo pedagógico ambos atores são importantes”; ou seja, a educação especial e inclusiva entra em destaque sendo uma ponte de inferência, que liga escola a família, ou, vice-versa.

Os autores como Braga (2015) Salles (2015) e Belchior (2015, p. 23), sustentam o argumento que “a inclusão de pessoas com deficiência e/ou transtornos globais do desenvolvimento no contexto educacional regular vem sendo amplamente discutida, com a finalidade de se garantir que esses alunos se beneficiem da educação comum”. Contextualizando de forma explícita, entende-se que a escola e a família são os maiores responsáveis pelo avanço e sucesso dos educandos/sujeitos com algum transtorno do neurodesenvolvimento.

Para Assis (2022, p.7), “a relação família-escola é fundamental para a construção da identidade, autonomia e cidadania do aluno. Portanto, essas duas instituições devem estar conscientes de seu papel, devendo participar ativamente do processo de desenvolvimento dos alunos.”

Ainda existe a relação de interdependência, que permanece entre pais e o ambiente escolar, ou seja, um meio influencia o outro demasiadamente. Na sala de aula, os comportamentos que as

crianças reproduzem vieram primordialmente do ambiente familiar, que se torna o ambiente determinante. É de responsabilidade da escola, por exemplo, ajudar todas as crianças e, em suma, autistas, a vencer barreiras e dificuldades, sempre visando a autonomia e independência.

A escola não deve apenas passar conteúdos pragmáticos, mas deve desenvolver estratégias que possam ser trabalhadas com as crianças acerca de seu avanço no desenvolvimento, determinação e empenho. Todas essas características podem e devem ser usadas para fazer com que o alunado supere suas barreiras, e isso pode ser feito ao aceitar a neurodiversidade.

Para haver sucesso total na parceria entre família e escola é necessário que a família dê o primeiro suporte ao indivíduo autista de forma concisa, pois essa criança necessita de apoio multidisciplinar extra sala, o que significa que vai além de cuidadores escolares, terapias ocupacionais e cognitivas, cuidados médicos e psicológicos. Para haver avanço positivo no processo de ensino aprendizagem do aluno autista cabe primeiro aos familiares continuarem com os estímulos em casa, pois a criança com TEA precisa ser valorizada e respeitada, vista a partir de suas potencialidades e capacidades.

Especificamente no tocante à relação família-escola, autores como Assis e Falcke dialogam e corroboram com a ideia de que família e escola devem assumir um compromisso mútuo e de reciprocidade (ASSIS, 2022). Santos (2020, p. 7) afirma que “é basal ainda entender que escola e família são importantes no processo de desenvolvimento da aprendizagem de crianças e de adolescentes que estão inseridos junto à escola”. É necessário e cabe aos pais e também à escola ter ciência de seu papel, bem como buscar melhorias e aperfeiçoamento, por ser sobretudo a maior conquista, a do sucesso estudantil de todas as crianças.

Para Assis (2022, p. 7), no processo de inclusão de crianças e estudantes com TEA, a escola deve buscar parceria com as famílias para conhecer hábitos e costumes delas, pois os pais têm informações valiosas, podendo contribuir com o acompanhamento das ações pedagógicas. Garcia *et al.* (2024, p. 4) defendem que o TEA caracteriza-se como um desafio tanto para a família quanto para a escola.

Consideram-se outros fatores cruciais, por exemplo, o diálogo, que pode fortificar em demasia essas relações, o elogio sincero também como uma forma de oferecer apoio, pois o importante é sempre encarar as perspectivas usando a positividade, principalmente mediante as dificuldades do estudante, acreditar e ter fé na criança, dando credibilidade em cada conquista como sendo uma das maneiras construtivas de apoiar as crianças e suas famílias. A relação família-escola deve ser uma troca positiva de experiências, e esses dois pilares devem dar o suporte que a criança dispõe. Sob a ótica do

autor Cabral *et al.* (2021, p. 7), “[...] a família e a escola articulam suas experiências e seus conhecimentos sobre o TEA diante do processo de inclusão”.

Portanto, entende-se que a relação da família com a escola, quando compartilhada verdadeiramente, com confiança, sempre gerando estímulos positivos às crianças TEA, mostrando disponibilidade e respeito mútuo, torna então o processo estudantil mais fácil para esses estudantes, dando a eles oportunidade de crescimento mediante a inclusão.

2.2. A INTERVENÇÃO FAMILIAR

A família é a parte mais crucial no progresso da criança atípica, e é necessário muito empenho e dedicação para aceitar o diagnóstico que é puramente clínico. De acordo com Santos (2020, p. 5), “a família tem um enorme papel na vida de uma criança, sendo ela sua primeira base e influência.” É no ambiente familiar que primordialmente esse indivíduo está inserido, por isso, a família deve ser a principal promotora desse desenvolvimento. Segundo Menezes *et al.* (2025, p. 5), “O papel da família no desenvolvimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é fundamental, sendo muitas vezes a principal fonte de apoio emocional, afetivo e social.”

No que tange à intervenção familiar, de acordo com os estudos de Santos (2020), retoma-se a ideia de que todas as crianças têm o sentimento de segurança e de apreciação bem-vinda por parte dos pais. Para esse autor, (2020, p. 2) “a família tem sido compreendida como o principal espaço de socialização do ser humano. Ela é o espaço onde a criança se desenvolve, cresce e passa por um longo processo de apropriação de um povo e de uma dada sociedade”.

No entanto, o que ocorre a muitos pais de crianças atípicas é que, ao receber o diagnóstico clínico do Transtorno do Espectro Autista (TEA), além do laudo, são acompanhados de incertezas, inseguranças e medo do preconceito social. Para Simões (2012, p. 23), “negação, impotência, culpa, raiva, desamparo, luto e depressão são reações normais ao autismo. Quando surge a confirmação do diagnóstico, a angústia torna-se inevitável. Segue-se o receio face à dificuldade em lidar com essa situação”. Há ainda um profundo desconforto emocional, acarretando uma série de fatores danificados, levando-os a ficarem completamente descontentes e desesperançosos, ocasionando crises de depressão, ansiedade e culpa.

Para Mapelli (2018, p. 2), “o surgimento de uma condição crônica e o seu manejo no seio das interações familiares são um desafio, o que pode determinar o enfraquecimento dos laços familiares e de sua estrutura”. Sabe-se que os pais ficam abalados emocionalmente, ficam muito tristes após

descobrirem que seu filho (a) possui a condição de autista, em grande maioria se culpam, principalmente a figura materna.

Ainda para Mapelli (2018, p. 6), “a dificuldade na aceitação do diagnóstico é exteriorizada pela família por meio do sentimento de culpa, de negação, de insegurança e de desesperança pela perda do filho considerado 'normal' diante dos olhos da sociedade”. Inúmeros são os casos de pais de autistas que têm a crença de que a criança não realizará seus próprios sonhos ou que não conseguirá se desenvolver intelectualmente devido ao espectro, e esse pensamento é recorrente.

Na construção colaborativa de socialização entre as relações familiares e/ou extrafamiliares, há nítidas preocupações que surgem principalmente por parte das mães, como dito anteriormente, pois essas assumem a total responsabilidade da criança, e existe ainda, como mencionado, o medo, a frustração e o isolamento social dos pais. Mapelli (2018, p. 3) sustenta que:

o isolamento social da família que possui um membro com doença crônica é frequente; isso ocorre por diversas razões: fase de descoberta da doença, reconhecimento dos comportamentos, resiliência do funcionamento familiar, o medo do novo enlaçado ao preconceito e à insegurança. (Mapelli, 2018, p. 3)

O isolamento social prejudica emocionalmente a criança com a condição de autista (que já possui como característica marcante o “autoisolamento”), mas é altamente prejudicial aos pais, pois eles são os principais envolvidos no desenvolvimento da criança, sendo eles os principais responsáveis por educar, impor limites, ensinar, acompanhar, corrigir e direcionar comandos e funções ao sujeito com TEA. Cabe aos familiares estarem abertos às adaptações e mudanças que ocorrerão corriqueiramente.

A ajuda de toda a família, nesse momento, é enriquecedora e fundamental. Por ser um momento incompreensível por alguns, é necessário que, mesmo diante desse impacto, não se deixem abalar [...] é necessário que a família, mesmo diante dessa ruptura e quebra de expectativas, compreenda esse transtorno, e veja que pode ser relativamente simples quando se está disposto a se colocar no lugar do outro, a buscar a essência mais pura do ser humano e a resgatar a nobreza de realmente conviver com as diferenças (Silva; Oliveira, 2025, p. 10-11).

É excessivamente importante mencionar que a intervenção, quanto mais precocemente for iniciada pelos pais, maior a chance de indícios a estímulos positivos e significativos que serão gerados para atender às necessidades da criança, e como consequência disso, a criança se beneficiará.

De acordo com Pereira (2011, p. 4), “o interesse dos pais reflete nos filhos segurança, motivação e amenização de possíveis dificuldades. A inclusão deve começar ainda em casa, aceitando o problema, estimulando as melhoras e trabalhando diariamente para que o quadro autístico tenha o mínimo de (...) comprometimentos;” mesmo que dentro do contexto familiar haja rupturas e novas adequações, as adaptações ou as atividades podem ser realizadas com a utilização de recursos que são

bem-vindos e de grande valia, por exemplo, o auxílio de parentes mais próximos, amigos, terapeutas clínicos, psicólogos, professores, entre outros.

A autora Catarina Simões (2012, p. 9), enfatiza que “esta ajuda pode assumir diversas formas e partir de diversas fontes: apoios familiares, de outros pais com problemas semelhantes e técnicos especializados, como o psicólogo ou o técnico de serviço social.” É perceptível que as famílias necessitam de apoio, cuidado que assegure a elas o bem-estar, amenizando a sobrecarga mental, pois ocorre que com as mudanças nos anos iniciais após a descoberta do transtorno, após o diagnóstico, é comum os pais sentirem-se estressados, limitados, e com baixas expectativas. (BATISTA; SILVA; OLIVEIRA, 2019).

Compreende-se que a família não é somente espectadora, mas, se comprometida verdadeiramente em ajudar a criança autista, se empenhando a estimular cognitivamente desde cedo, mostrando cuidadosamente, passo a passo, o realizar de tarefas simples como escovar os dentes, se vestir, calçar os sapatos, até os dias de sua independência, terá sucesso frente às barreiras impostas pela sociedade, dando oportunidades a esse indivíduo mesmo com tantas complicações à sua frente, a maior delas, a comunicação, de tornar-se “uma criança autônoma e um adulto independente.” (PEREIRA, 2011, p. 7).

Desse modo, entende-se que é cabível à família a participação ativa na vida da criança, auxiliando-a rumo à sua independência, fazendo as corretas intervenções; a família é base, por isso a intervenção precoce é considerada de suma importância, mas, para que isto aconteça, autores como Garcia (2024), Cabral (2021), Falcke (2021) e Marin (2021) têm se preocupado em investigar as repercussões do TEA no contexto familiar, e asseveram que “quando as famílias buscam apoio social, conseguem superar de forma mais adequada os desafios do cotidiano”. A família tem o dever de buscar formas que possibilitem à criança vivenciar experiências únicas, felizes, experiências que sejam perceptíveis, pois é sabido que existe uma vasta gama de possibilidades que podem ser desfrutadas pelo sujeito autista.

2.3 PRÁTICAS COLABORATIVAS NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA

De acordo com Santos (2021, p. 30), “na educação inclusiva, todos os estudantes devem ter acesso à escola, com alternativas que explorem suas potencialidades, com participação efetiva da família e de profissionais especializados, garantindo a igualdade de condições de acesso e

permanência”. Para que as práticas ocorram, é importante considerar que cada criança é única, cada caso é único, há diferenças e particularidades em todos.

Ainda para Santos (2021, p. 32) na obra intitulada: “*Educação Inclusiva: práticas pedagógicas colaborativas para estudantes com transtorno do espectro do autismo*”, “o que contribui para o sucesso na inclusão é o respeito a todos”. A partir desse pressuposto, observa-se que as práticas colaborativas — como a ação do mediador escolar, a adaptação curricular, o ensino colaborativo e o apoio multidisciplinar — estimulam e auxiliam a autonomia da criança autista.

Para garantir a inclusão de alunos TEA, as práticas colaborativas são essenciais; o professor não trabalha sozinho; a troca de experiências com os pais e com os outros estudantes na sala de aula regular levará a criança com o transtorno a comunicar-se de algumas formas efetivamente e a aprender por meio da troca de informações; assim, gerando um aprendizado significativo e compartilhado mutuamente. Para Vieira *et al.* (2024, p. 11), “as crianças são únicas, com características e comportamentos diferentes, mas que juntas intermediam o conhecimento umas das outras”.

Nessa abordagem, a ação do mediador educacional deve ser de apoiar e ajudar a criança na realização das tarefas, sendo um facilitador mediante as dificuldades da criança. Esse profissional está em constante ritmo de aprendizado, pois as demandas têm crescido absurdamente com os anos. As ações do professor devem ser realizadas, pensadas e efetivadas em conjunto com a equipe gestora, isso inclui a coordenação pedagógica, a gestão escolar e, se possível, o corpo clínico, pessoal da área da saúde, como médicos, psicólogos e terapeutas.

[...] importante ressaltar que há aqueles que tem feito a diferença, que mesmo diante de vários entraves não desanimam e insistem em tornar a sala de aula um espaço de saberes e descobertas que contribuem para o desenvolvimento humano e social dos indivíduos. Dessa forma vemos este profissional da educação sendo o principal agente de mudança, buscando constantemente ações potencializadoras, inovando suas práticas com intuito de aprimorar e ampliar os conhecimentos de seus educandos e proporcionando-os sucesso em sua vida escolar superando barreiras e limites. (Vieira; Oliveira, 2024, p. 13)

No que diz respeito à adaptação curricular, por vezes, aparece em construção. De fato, sabe-se que há uma grande necessidade de realizar-se adaptações para que haja um encaixe dos estudantes atípicos aos conteúdos propostos. Isto é, primeiro será importante conhecer a criança para saber como é o seu comportamento, em seguida realizar o diagnóstico inicial para saber o nível em que se encontra, para então traçar estratégias tanto para o aprendizado quanto para a adaptação e aprendizagem do aluno, ou seja, partindo de seus conhecimentos prévios, o professor realizará a adaptação nas atividades e avaliações, isso significa que as adaptações devem ser realizadas como um instrumento de inclusão social.

A adaptação curricular é feita em parceria pela professora titular, professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e coordenadora pedagógica da escola. Neste documento são colocados os objetivos propostos para o aluno, assim como a metodologia a ser utilizada e o acompanhamento dos progressos do aluno, que é feito por portfólio. (Lumertz; Menegotto, 2020, p. 5).

Essa adaptação pode ser feita por evidências, por exemplo, utilizam-se recursos como textos, desenhos, imagens, que podem ampliar as habilidades do aluno com TEA. São opções de adaptação de currículo: construir um plano especializado, resumir textos, trazer versões adaptadas, explicações simplificadas, tornar o aprendizado eficiente e aumentar a proficiência do aluno em suas matérias favoritas.

Sobre a organização à elaboração da organização curricular e pedagógica para os estudantes com TEA, [...] professores indicaram que elaboram de forma personalizada [...] seguindo uma adaptação do currículo, das atividades e dos materiais adaptados. Dentro de uma perspectiva de educação inclusiva para os estudantes com TEA, é necessário analisar e elaborar um plano educacional individualizado (PEI) que contemple a diversidade e atenda às necessidades individuais, educativas e esteja de acordo com o desenvolvimento das habilidades desses estudantes. As discussões caminham na direção de compreender e analisar a educação inclusiva e, em especial, o processo de aprendizagem do estudante com TEA, o que significa situá-la como base inicial com um planejamento de ensino e intervenção planejada contemplando uma organização de currículo escolar adaptado e individualizado, atendendo e permitindo que cada estudante em sua particularidade progrida de acordo com suas capacidades e interesses (Santos, 2021, p. 104-108)

Compreende-se que o ensino colaborativo é um processo que inclui tanto a ação do mediador educacional como as adaptações das atividades, e o trabalho do educador especializado, visto que é um tipo de prática que, para seu bom funcionamento, existe a necessidade dos profissionais estarem apoiados na responsabilidade conjunta, o que significa que é necessário a junta de especialistas prestando serviço sempre em comunhão uns com os outros, ou seja, professores de sala de aula regular, professores da sala de AEE, equipe gestora e família.

Cabe a esses profissionais, ao trabalharem juntos, criar possibilidades no processo de inserção e inclusão, promovendo atividades que incluam toda a turma da criança autista, fazendo o atendimento apoiado principalmente em crianças com TEA ou crianças portadoras de algum tipo de deficiência.

Essa parceria entre esses profissionais da educação é feita para beneficiar os estudantes. É responsabilidade de todos os professores de sala comum e da sala de AEE compartilharem o planejamento e a execução do mesmo, bem como instruir e colaborar no ensino desse dado grupo de pessoas. (SIMPLÍCIO; VIEIRA, 2024; SANTOS, 2021, p. 52).

À luz dessas reflexões, o apoio multidisciplinar é também uma das práticas que asseguram um ensino significativo a crianças autistas, mas, para que haja eficácia no atendimento, faz-se

necessário entender qual o nível de suporte de cada indivíduo atípico. Após a avaliação e constatação, os profissionais de apoio iniciam seus trabalhos com o sujeito atípico e/ou deficiente.

Conforme Simplicio (2024, p. 108), sustenta que o apoio multidisciplinar é “o envolvimento de uma equipe composta por professores, psicólogos, terapeutas ocupacionais e outros profissionais para oferecer suporte integral ao aluno”. Ainda para essa autora (2024, p. 111), reforça a ideia em seus estudos quando afirma que “essa abordagem colaborativa é crucial para promover uma inclusão eficaz e sustentada”.

O apoio multidisciplinar assume uma relevância fundamental no desenvolvimento de pessoas com TEA. Equipes formadas por profissionais da saúde, educação e serviço social desempenham um papel crucial, pois oferecem suporte em diferentes áreas, como terapias comportamentais, desenvolvimento motor, educação inclusiva e cuidados psicossociais. Além disso, a atuação de psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e outros especialistas contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida, ajudando a integrar os indivíduos com autismo à sociedade de forma mais eficaz. (Menezes; Alves; Frota ; Couto; Amaral, 2025, p. 4-5)

Portanto, todas essas práticas têm um único objetivo, ajudar os sujeitos TEA a estarem inseridos no meio, faz-se necessário saber que essas pessoas não precisam se adequar à sociedade, mas, sim, a sociedade deve estar pronta e apta para recebê-los.

2.4. DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA ESTUDANTES COM AUTISMO E EXPECTATIVAS PARA ESTUDOS FUTUROS

Pensar nos desafios e nas perspectivas que estudantes autistas enfrentam traz-nos uma grande reflexão acerca da aceitação e da inserção dessas pessoas dentro da sociedade. Para Mendes (2024, p. 43-45), “a falta de comunicação e a incompreensão das necessidades específicas do autista são desafios significativos. [...] a falta de compreensão empática das necessidades da criança autista e [...] a falta de ambientes inclusivos acarretam a baixa expectativa referente a esses sujeitos”.

Um dos maiores desafios é o desgaste emocional e físico; o diagnóstico tardio que leva inúmeras jovens a não conseguir emprego ou sempre sentirem-se excluídos de diferentes modos por todas as pessoas; a falta de recursos pedagógicos e recursos financeiros que, além de impossibilitar os avanços do educando, indisponibiliza e aumenta em grande número as barreiras para o acesso adequado a uma educação de qualidade.

Percebe-se também que o acompanhamento clínico, não é oferecido em todos os lugares, e quando é oferecido, a demora para as consultas ou terapias é exorbitante; a falta de formação continuada e capacitação de educadores atrapalha o processo de avanço educacional dos alunos TEA; a

falta de verbalização governamental em recursos didáticos e lúdicos; a aceitação da sociedade; o preconceito enraizado; todos esses fatores são prejudiciais à inclusão desse grupo de pessoas.

O desafio reside na integração de múltiplos saberes —pedagógicos, psicológicos, fonoaudiológicos, terapêuticos e tecnológicos — em abordagens interdisciplinares que considerem tanto as barreiras individuais (peculiaridades sensoriais, comunicativas e comportamentais) quanto as barreiras contextuais (currículo inflexível, atitudes excludentes e infraestrutura inadequada). (Ferreira, 2025, p.3)

Existem ainda desafios na linguagem, sendo a comunicação verbal um dos mais acentuados; as barreiras no processo de inclusão — muitos pais de crianças consideradas normais têm uma grande resistência a aceitar que seus filhos estudem e atuem como coadjuvantes colegas de classe de crianças autistas — dessa forma dificultando a (re)mediação dos professores/educadores, pois a criança com TEA necessitará de apoio em todos os ambientes e dependendo do nível de suporte, provavelmente durante todos os anos escolares.

Essa visão coaduna com a perspectiva de Assis *et al.* (2024, p. 43-44), que sustenta que “os educadores enfrentam desafios significativos ao lidar com alunos que apresentam diversas deficiências, sendo o autismo uma realidade nas escolas”. O autismo é muito vasto, principalmente por ser um espectro que não tem cara, nem cor, nem classe social.

Com isso, percebe-se que, ao longo dos anos, quando as crianças crescem e tornam-se adultas, podem apresentar comportamentos desafiadores; essas questões, caso não tenham sido remediadas de alguma forma, acarretarão em prejuízos sociais consideráveis — as intempéries da vida, a obtenção de emprego, a construção de carreira, a formação de família e o comprometimento da linguagem verbal (se for o caso) — são adversidades que podem se tornar tarefas extremamente difíceis mesmo diante das possibilidades e oportunidades existentes. (PIMENTEL, 2019).

Adicionalmente, avaliando de uma forma ampla as perspectivas para a inclusão desses estudantes, estas devem ser baseadas no fomento à inclusão ativa, o que significa que, independentemente das barreiras, a criança sempre deverá estar inserida com outros colegas considerados normais, deve ainda estar inserida em apresentações escolares, nas brincadeiras, no pátio, entre outros ambientes sociais como passeios etc. Sabe-se que o modelo de ensino que segue o tradicionalismo vem mudando atualmente, pois a criança autista necessita de um modelo mais flexível de ensino.

Para Pimental *et al.* (2019, p. 6), “a inclusão é um processo que beneficia não apenas as crianças com indicativos à Educação Especial, mas todos aqueles estudantes que não se adaptam a um ensino tradicional”.

Por este viés, na escola a criança autista precisa de um modelo de ensino flexível, que se molda de acordo com suas variações de conduta e adaptado às suas singularidades, possibilitando a oportunidade de vivenciar diversas formas de relações sociais, que contribuirão significativamente para o máximo desenvolvimento de sua aprendizagem. (Pimentel; Souza, 2019, p. 5)

Uma perspectiva que pode ajudar os educandos é a capacitação de profissionais da educação, a formação continuada, boas práticas pedagógicas, seminários e experiências cotidianas reais, vividas e compartilhadas, pois se os professores e a escola estiverem bem preparados, a jornada de aprendizagem desses estudantes se tornará mais fácil de ser trilhada.

Segundo Mendes (2024, p. 4), são estratégias positivas e que geram uma perspectiva uniforme: “fornecer formação continuada que seja menos geral e mais focada nas necessidades dos professores, sobretudo quanto aos aspectos comportamentais pedagógicos;” não somente para os professores, mas que as capacitações sejam oferecidas também para os pais de autistas. Outro ponto positivo é o avanço da tecnologia, como a tecnologia assistiva.

O uso desse tipo de tecnologia agregado a metodologias de ensino é capaz de derrubar as barreiras que os deficientes encontram, isso gerará benefícios e qualidade de vida, conforto e bem-estar. O uso de bons recursos pedagógicos, material complementar de apoio, apostilas, computadores, tudo à disposição dos alunos e dos professores, cria a expectativa de que esses alunos podem adquirir novos conhecimentos usando suas potencialidades; para os educadores, aprender novas técnicas e estratégias será um recurso utilizado para aumentar a proficiência dos estudantes atípicos.

É importante lembrar que os professores podem usar as estratégias e podem demandar ajustes de acordo com o público-alvo, visto que muitas atividades são feitas com ajustes ao longo do tempo, ou seja, podem ser aprimoradas e melhoradas para que as crianças façam uso dessa tática.

“os professores do AEE reconhecem a importância da alteridade para a inclusão escolar de estudantes com TEA, valorizando as perspectivas dos próprios alunos, de suas famílias e de outros profissionais. Essa diversidade de experiências contribui para o desenvolvimento de práticas inclusivas, ainda que traga desafios à construção de uma educação mais humanizada e de qualidade para todos.” (Diomedes; Rocha, 2025, p. 115)

Em síntese, a inclusão é o melhor caminho para que as perspectivas sejam alcançadas e para que os desafios sejam vencidos, Para Mendes (2024, p. 31) “no contexto atual, marcado por diretrizes curriculares e legislação voltada para a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, observamos uma tendência à integração de alunos autistas nas escolas regulares” mas, para

que isso ocorra de forma adequada, o melhor é que a inserção dos alunos com deficiência seja planejada com base no número de matriculados, para que esses alunos sejam melhor inseridos e para que não haja nenhum fator que prejudique-os em sua aprendizagem.

De acordo com Pimentel *et al.* (2019, p. 6) “inclusão é um processo que beneficia não apenas as crianças com indicativos à Educação Especial, mas todos aqueles estudantes que não se adaptam a um ensino tradicional”. A inclusão é um direito garantido a toda criança portadora de alguma deficiência, e a presença de estudantes TEA não deve ser considerada uma barreira, mas uma forma para demonstrar à sociedade que esses sujeitos são pessoas especiais e que merecem o total respeito como cidadãos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados encontrados na pesquisa, pode-se indicar que o objetivo proposto foi alcançado e a questão norteadora: Quais ações a família e a escola podem fazer para auxiliar o desenvolvimento social e educacional dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista – TEA? foi analisada e respondida com sucesso, pois, o resultado mostrou que as práticas colaborativas são muito úteis e valiosas para o trabalho do corpo docente, colaborando para a melhoria e avanço educacional da criança com Transtorno do Espectro Autista.

Através da análise bibliográfica, percebe-se que um dos grandes desafios é lidar com o preconceito social escolar. Observa-se que muitos pais de crianças autistas se isolam e afastam a criança do meio social, como citado ao longo da nossa pesquisa. É vista como perspectiva alcançável por Mendes (2024, p. 43), “a participação ativa dos pais, como reuniões regulares e programas de capacitação, sendo crucial para superar desafios”. O medo de enfrentar esse desafio e participar ativamente ocorre com frequência, desencorajando os pais e, conseqüentemente, as crianças nessa jornada de aceitação.

Dentre os principais resultados, destaca-se o trabalho em conjunto, o processo de inclusão e a inserção de alunos autistas e de suas famílias em espaços escolares e ambientes sociais, promovendo o respeito e a garantia de participação efetiva em ambientes educacionais.

No que tange às contribuições teóricas, discutiu-se a importância das expectativas para estudos futuros, como um ponto pouco discutido nessa área. No tocante à contribuição prática, esses resultados podem ser aplicados nas escolas, por professores de turma regular, coordenadores e

professores da sala de Atendimento Educacional Especializado. Assim, o estudo trouxe evidências sobre o funcionamento da parceria escola e família, o engajamento dessas duas entidades e os caminhos que podem ser trilhados por essas duas peças fundamentais. Ademais, os achados desta pesquisa são úteis para aumentar a expectativa de inclusão da criança autista na sociedade.

Em relação às futuras investigações, poderão ampliar a compreensão se tivermos mais repertório lido, se houverem buscas ativas e pessoais, questionários, e se as pesquisas acontecerem além de teorias lidas, e sim, experimentando vivências escolares com observações, anotações e intervenções. Isso significa que essa pesquisa contribui para todos que tenham interesse pelo tema em questão, pois, Oliveira (2023, p. 13) diz que o “acesso à educação é garantido por lei, mas é necessário que se faça cumprir. Todos têm o direito a uma educação inclusiva e um ensino [...] de qualidade”.

Portanto, reiteramos a importância de sempre destacar esse tema de estudo, fazer que este continue sendo um assunto pesquisado, mostrando que é um campo de pesquisa que tem uma necessidade enorme de outros diagnósticos, assim enfatiza-se e reverberar-se a necessidade de conhecimentos acerca do Transtorno do Espectro Autista. Essa pesquisa colabora e potencializa estudos e condutas sobre as propostas de intervenção, inserção e inclusão, para pais de autistas, educadores, formadores e todos aqueles que tem interesse em se tornar conhecedores de um assunto tão importante como o Transtorno do Espectro Autista.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Soraima Luzia de. **A importância da escola e da família na inclusão da criança com transtorno do espectro autista (TEA)**. 2022.

BATISTA, Kátia Gerlânia Soares; SILVA, Maria Josefa da; OLIVEIRA, Liélia Barbosa. A importância da participação da família no acompanhamento de crianças com autismo. In: **CONGRESSO NACIONAL DA EDUCAÇÃO, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos**. 2019. p. 1-14.

BRAGA, Francisco Varder; BELCHIOR, Michelle Salles; DOS SANTOS, Sarah Teles; **Transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação e o atendimento educacional especializado**/ Mossoró, 2015.

CABRAL, Cristiane Soares; FALCKE, Denise; MARIN, Angela Helena. Relação família-escola-criança com transtorno do espectro autista: percepção de pais e professoras. **Revista brasileira de educação especial**, v. 27, p. e0156, 2021.

COLAPINTO, Jorge. Enfoque estructural. **Terapia familiar y de pareja**, ed. Roizblatt A, p. 209-225, 2006.

CARVALHO, Aline dos Santos Moreira de; et al. TEA, família e escola-O trabalho em conjunto, relação de empatia. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 15, p. e136101522820-e136101522820, 2021.

DESSSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 17, p. 21-32, 2007.

DIOMEDES, Maria Eduarda Matos; ROCHA, Carlos José Trindade; da Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia, Castanhal, Pará, Brasil. Revista de Estudios y Experiencias en Educación REXE journal/ **Educação inclusiva para TEA: desafios, estratégias e perspectivas para a escolarização de qualidade**. 2025

FERREIRA, Otaniel do Nascimento et al. INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TEA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES. **REVISTA FOCO**, v. 18, n. 6, p. e9055-e9055, 2025.

GARCIA, M.L; LAMPREIA, C. Limites e possibilidades da identificação de risco de autismo no primeiro ano de vida. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 24, n. 2, p. 300-308, 2011.

GARCIA, Paola Cassimiro; ROBERTO, Gabriella Helena Andrade; YAEHASHI, Franci Raimundo; **Inclusão e Transtorno do Espectro Autista: reflexões acerca da relação família e escola. P.1-17, 2024.**

GODOY, Arlida Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de administração de empresas, v. 35, p. 57-63, 1995.

JORDAN, R.; POWELL, S. **Understanding and teaching children with autism.** West Sussex, England: John Wiley & Sons, 1995.

KANNER, Leo (1943) , Autistic disturbances of affective contact. Nervous Child, 2 (217-250). Traducido por Teresa Sanz Vicario.

LUMERTZ, Fábila Daniela Schneider; DE OLIVEIRA MENEGOTTO, Lisiane Machado. Adaptação curricular como instrumento de inclusão escolar de um aluno com TEA: relato de experiência. **Revista GepesVida**, v. 5, n. 13, 2020.

MAPELLI, Lina Domenica et al. Criança com transtorno do espectro autista: **cuidado na perspectiva familiar.** Escola Anna Nery, v. 22, p. e20180116, 2018.

MENDES, Letícia Barbosa; Crianças com TEA no Contexto Escolar: Desafios Atuais e Possibilidades de Transformação. Uberlândia, 2024.

MINUCHIN, Salvador; LEE, Wai-Yung; SIMON, George M. **Dominando a terapia familiar.** Artmed Editora, 2008.

MOURA, Liliane Clemente de; CONCEIÇÃO, Maria Luiza da Silva; OLIVEIRA, Paula Rebello Magalhães de. A importância da família e da escola no processo de aprendizagem no TEA na infância. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9 n. 4, p. 9287-9304, 2023.

MENEZES, Michely Queiroz de Lima; et al. A importância do apoio multidisciplinar no desenvolvimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA): caminhos para a inclusão e a qualidade de vida. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 17, n. 2, p. e7608-e7608, 2025.

OLIVEIRA, Caíla Feitosa de; SILVA, Fabrícia Gomes da. Um estudo sobre o diagnóstico do autismo: entre a idealização da criança perfeita e as expectativas para o futuro escolar. **Revista Teias de Conhecimento**, v. 1, n. 5, p. 99-117, 2025.

OZONOFF, S et al. A prospective study of the emergence of early behavioral signs of autismo. **Journal of the American Academy of Child**, v. 49, n. 2, 2010.

PEREIRA, cyelle carmem vasconcelos; **autismo e família: participação dos pais no tratamento e desenvolvimento dos filhos autistas**. 2011.

PEETERS, T. Autismo: entendimento teórico e intervenção educacional. Rio de Janeiro: Editora Cultura Médica, 1998.

PIMENTEL, Jaqueline Lúcio; SOUZA, Sirlene Vieira de. Prática pedagógica inclusiva: desafios do processo escolar de estudantes autistas. **Revista Cocar**, v. 13, n. 27, p. 1043-1063, 2019.

RUTTER, M. L. Progress in understanding autism: 2007 - 2010. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 41, p. 395 – 404, 2011.

SANTOS, João Vitor Luiz dos; PAVINATO, Graziela Aparecida; SUZUKI, Amanda Caroline; OLIVEIRA, Daniela Emilena Santiago Dias de; **A importância da família para o desenvolvimento infantil e para o desenvolvimento da aprendizagem: um estudo teórico**. Edição 19 – Junho 2020-1

SANTOS, Neide Maria; **Educação Inclusiva: Práticas Pedagógicas Colaborativas Para Estudantes Com Transtorno Do Espectro Do Autismo**. 2021.

SIGMAN, M.; CAPPS, L. **Ninões y niñas autistas**. Madri: Morata, 2000. (série Bruner).

SIMÕES, Catarina Lemos. **O Autismo e o seu impacto na família**. 2012. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Psicologia Aplicada (Portugal).

SIMPLÍCIO, Paula Roberta Galvão; - **Estratégias De Inclusão Para Crianças Com Transtorno Do Espectro Autista (Tea) No Contexto Escolar: Uma Pesquisa Exploratória**. 2024.

TAMANAHA, Ana Carina; PERISSINOTO, Jacy; CHIARI, Brasília Maria. **Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger**. Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, v. 13, p. 296-299, 2008.

VIEIRA, Scheilla de Castro Abbud; OLIVEIRA, Nazaré Fagundes; **práticas educacionais para a promoção de inclusão de alunos com tea-** 2024.

ZANON, R. B; BACKES, B.; BOSA, C. A. A identificação dos primeiros sintomas do autismo pelos pais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 30, n. 1, 2014.